

ESTADO DO PIAUÍ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROCESSO AL 1303/11 PROJETO DE LEI Nº 134/11

AUTOR: **DEPUTADO FÁBIO NOVO**

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

I - RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta relatoria nos termos do art.47, Inciso VI, do regimento interno a proposição para emitir parecer, conforme dispõe os art.59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a proposição que "Cria o Programa de Captação da Água da Chuva".

A proposição passa por esta Comissão de Constituição e Justiça, para se verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

II -PARECER

Referida proposta Legislativa Cria o Programa de Captação de Água Chuva, coletada por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos,em lotes,edificados ou não,que tenham área impermeabilizada superior a 500 m²(quinhentos metros quadrados).

A proposta tem por objetivo reduzir a velocidade de escoamento de águas pluviais para as bacias hidrográficas; controlar a ocorrência de inundações; contribuir para a redução do consumo e o uso adequado da água potável tratada.

O aproveitamento racional dos recursos naturais, como a água, esta sujeito à preocupação de todos. Conforme preceitua a Constituição Federal no art.24,inciso 6º,em que estabelece a competência da União Estados e o Distrito Federal em Legislar concorrentemente em defesa do meio ambiente.

A proposta encontra-se dentro dos preceitos Legais, regimentais e de boa técnica legislativa nada havendo que obste a sua tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

III – VOTO DO RELATOR

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Face ao exposto, sou FAVORAVEL ao presente Projeto, objeto do



ESTADO DO PIAUÍ COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

Projeto de Lei nº 134 de 01 de Agosto de 2011(Processo AL 1303/11), de autoria do Deputado Fábio Novo.

IV – PARECER DA COMISSÃO
A Comissão de Constituição e Justiça, após analise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:
() Pelo <u>ACATAMENTO do Voto do Relator</u> , apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;
() Pela REJEIÇÃO do Voto do Relator , apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;
Sala das Comissões Técnicas- Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
Teresina (PI), de de 2012.
DEPUTADO ANTONIO FÉLIX RELATOR
APROVADO A UNAMINATARIO. em, 199 (2) Presidente da Comissão de pustico